

Ata da 33ª Sessão Ordinária no 2º Período do 22º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 18 de Novembro de 2014.

Às onze horas do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Trigésima Terceira Sessão Ordinária no Segundo Período do Vigésimo Segundo Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu à Segunda Secretária que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a presença de todos. Em seguida, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu à Primeira Secretária que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: PROJETO DE LEI: - nº **1066/14**, de autoria do Ver. **Franklin Adriano Pereira**; REQUERIMENTOS: - n.º **046/14**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.º **047/14**, de autoria da ver. **Marina Pereira da Rocha**; INDICAÇÕES: - n.ºs **595, 596, 597, 598 e 599/14**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs **600, 601, 602, 603 e 604/14**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **605, 606, 607, 608, 609 e 610/14**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs **611, 612 e 613/14**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.ºs **614, 615, 616 e 617/14**, de autoria da Ver. **Marina Pereira da Rocha**; COMUNICADOS: - n.ºs **011325, 058734, 058733, 058732, 042885, 042884, 042886, 027133, 074542, 074543, 074544, 074545, 090354, 090355, 090356, 090357, 106357, 106358, 106359, 106360 e 106361/MS/SE/FNS**, do **Ministério da Saúde**; - n.º **CM295265/2014**, do **Ministério da Educação**. A seguir o Sr. **Presidente**, passou a palavra aos senhores vereadores. Com a **palavra**, o Ver. **Fernando Amaro Garcia** comentou sobre o concurso da Prefeitura da cidade que havia ocorrido no último final de semana, e disse que tinha sido muito cobrado por algumas pessoas, e estava sabendo inclusive que aquele concurso fora parar nas manchetes de jornais e na delegacia. Assim sendo, pediu ao Sr. **Presidente** que através daquela Casa de Leis tomasse algumas medidas cabíveis a respeito das pessoas que estavam se sentindo lesadas. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu o nobre Edil pelas palavras e disse que infelizmente, mais uma vez, o município deles vinha estampar as páginas de jornais com notícias negativas, e falou que eles vinham lutando muito para que o município voltasse a estampar as páginas de jornais mostrando o lado bom de Guapimirim, e mais uma vez foram surpreendidos na segunda-feira com notícias negativas em relação ao Município. Em seguida, informou ao nobre Edil que as providências já estavam em curso, e que a Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo Ver. Rosalvo, já estava tomando as medidas cabíveis, ressaltando que aqueles que estivessem se sentindo lesados com relação ao Concurso Público que havia sido realizado no último final de semana, poderiam protocolar sua denúncia naquela Casa de Leis, ou através da Ouvidoria daquela Casa, para que a Comissão de Defesa do Consumidor pudesse

tomar as medidas cabíveis. Salientou que em havendo indício de irregularidade, aquela Casa iria entrar com o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em uma CPI, para que pudessem apurar mais a fundo aquele concurso, e assim pedir a sua anulação, ou não. Com a **palavra**, o Ver. **Oswaldo Pereira** disse que era com tristeza que falava sobre aquele concurso promovido pelo município, e justificou dizendo que os integrantes daquela Casa tinham ido até o Executivo procurar saber da idoneidade da banca que iria prestar o concurso, tendo-lhes sido assegurado que seria uma banca séria, idônea e que eles poderiam ficar tranquilos, pois o concurso iria transcorrer normalmente, mas infelizmente não fora aquilo que tinha ocorrido no domingo. Falou que a própria banca divulgara uma nota informando que tudo havia transcorrido normalmente e que houvera alguns problemas, os quais foram resolvidos. Todavia, assegurou que havia pessoas no concurso com a sua igualdade lesada, sem a isonomia inerente ao processo de um concurso público. Assim, concluiu que no caso em tela não tinha como dizer que o concurso transcorreria normalmente, porque ficou estampado nas páginas dos jornais pessoas fazendo prova com o uso do celular, outras tirando fotos dentro da sala, destacando que aquilo era inadmissível em qualquer concurso. Dando continuidade, alegou que não havia como aceitar que aquele concurso prosseguisse. Após, em referência ao Prefeito Marcos Aurélio, com quem eles, os Vereadores, foram conversar e falaram sobre a idoneidade no concurso, disse que o mesmo tinha sido muito categórico em relação ao assunto, e que não queria aquele desfecho e, sim, um concurso sério. Através da sua palavra pediu que ele cancelasse aquele concurso, pois não se podia ver a cidade de Guapimirim passando mais uma vez por dificuldades. Disse ainda que os Vereadores haviam sido muito cobrados nas redes sociais, bem como pelas pessoas que o abordavam naquela Casa de Leis ou na rua, e questionavam perguntando se aquele concurso seria igual ao do ano de dois mil e um. Enfatizou que não seria não, e no que dependesse deles aquela Casa faria a diferença. Falou que prova daquilo era que eles estavam em Sessão pedindo o cancelamento do concurso, visto que não tinha como admitir mais uma vez tal escândalo. Esclareceu que aquele cancelamento não cabia somente à Câmara de Vereadores, mas também a cada um dos candidatos, fazendo sua denúncia no Ministério Público ou naquela Câmara, isto é, onde considerassem mais conveniente. Falou que tinha a certeza de que o Prefeito pedira para que houvesse um concurso sério, e era o que deveria acontecer, um concurso sério. O ver. Oswaldo asseverou que aquela banca não merecia realizar aquele concurso na cidade, porque provara não ter capacidade, haja vista a ocorrência de uma bagunça generalizada em diversas escolas, inclusive com candidatos saindo da cidade para fazer a prova em Niterói, sendo inadmissível tal fato, porque o concurso era de Guapimirim e deveria ser realizado na cidade. Continuando, disse que soubera que ligaram para a Secretária de Educação perguntando se ela tinha sido notificada sobre a situação, e ela relatara no dia anterior que não havia sido comunicada, esclarecendo que o município tinha o espaço público suficiente para a realização da prova,

e a confirmação para aquilo era o Enem, o qual sempre era realizado na cidade e comportava a todos. Assim, pediu que a Casa tomasse as medidas cabíveis e disse que eles precisavam realmente coibir aquela prática no município, pois não podiam admitir que mais uma vez Guapimirim acabasse nas páginas de jornais por causa de escândalos. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao nobre Edil pelas palavras, e disse que aquela Casa de Leis tinha sido alvo de algumas críticas, e o vereador também, com relação àquele concurso. Lembrou que as pessoas o paravam na rua e falavam que estava resolvido, e que o vereador iria indicar pessoas para o concurso. Ressaltou, porém, que no concurso público não havia indicações, explicando que era funcionário público concursado e sabia a dificuldade que era passar num concurso, quando se tinha que abrir mão de certas coisas para conseguir ser aprovado. Assim, disse que deveria haver igualdade e imparcialidade, e que não existia a possibilidade de indicação para concurso público. Assegurou que aquela Casa Legislativa estava mostrando que não tinha nenhum tipo de envolvimento naquele sentido e o vereador também estava cobrando pela veracidade e a seriedade daquele concurso público. Enfatizou que aquela Casa estaria tomando suas providências, e informou que estivera junto com o vereador na reunião com o Prefeito e alguns Secretários indagando sobre o concurso, e que com certeza o Prefeito tinha tido a preocupação com o certame, mas infelizmente não fora o que tinha acontecido e sabia que não era culpa do Prefeito, uma vez que havia sido licitado e uma empresa fora a vencedora para que se realizasse o concurso. Afirmou, a seguir, que tinha sido incompetência da empresa em executar o serviço para o qual eles ganharam a licitação, mas disse que aquela Casa de Leis iria tomar as medidas cabíveis para que ninguém fosse lesado em razão daquele concurso. **Continuando**, o Ver. **Oswaldo Pereira** disse que infelizmente as pessoas confundiam as coisas, e esclareceu que hoje ele estava investido em um cargo de vereador, mas tal situação não lhe dava poder para que colocasse, por exemplo, sua esposa como aprovada num concurso público, como foi citado na rua. Falou que era por aquele motivo que ele ficava triste com algumas pessoas, as quais faziam aquele tipo de comentário. Esclareceu que aquela Casa de Leis vinha provando aquilo, que cada um deles tinham suas esposas, onde algumas eram professoras, mas nem por isso estavam indicando o nome da esposa para passar em um concurso de forma irregular, e por tal razão ele pedia para que realmente fosse revisto por quem organizou o concurso, porque o vereador Oswaldo Pereira não havia pedido, porque se a sua esposa tivesse que ser aprovada no concurso público ela iria passar pelos seus próprios méritos, e não porque ele estava sentado em uma cadeira de vereador. Finalizando, informou que o seu discurso servia para todos, e prova daquilo era que eles, vereadores, estavam cobrando a idoneidade daquele concurso. Com a **palavra**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que só tinha uma palavra para aquela situação do concurso que houvera em Guapimirim, que seria “imoralidade”, e ressaltou que eles não podiam compactuar com imoralidade. Falou que quando havia um concurso que começava em Niterói às 13:00 horas e às 14:00 horas

em Guapimirim, o concurso já perdera toda a credibilidade. Relatou que havia pessoas enviando fotos das provas pelo aplicativo Whatsapp, reiterando que eles não podiam participar daquilo, sendo necessário que se investigasse, e que o Sr. Prefeito tinha o dever de investigar também. Após, o nobre Edil disse que estavam querendo colocar a culpa em pessoas que não participaram do concurso, e saiu em defesa à Secretária de Educação, falando que a mesma era uma pessoa digna, que não participara daquele concurso, uma vez que a empresa tinha ganhado a licitação. Logo, asseverou que a licitação deveria ser investigada e o concurso, cancelado. Falou que era vizinho do Colégio Curtume Carioca e pôde acompanhar tudo, e presenciara tudo que havia ocorrido e que considerava um verdadeiro absurdo. Enfatizou que a atitude daquelas pessoas que participaram daquela imoralidade deveria ser condenada. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que esteve no dia anterior com o Chefe de Gabinete indagando sobre o Concurso, sobre o escândalo que tinha havido, e o mesmo informara que também já tinha entrado em contato com a empresa, e que a mesma ficara de até o dia seguinte passar um relatório com todas as ocorrências que aconteceram durante o concurso. Entretanto, destacou que o entendimento da empresa era de que o concurso havia transcorrido dentro da normalidade, informando que foram mínimos os contratempos ocorridos, como por exemplo, um distúrbio de pessoas, e outra que passou mal, resultando naquele desfecho, mas considerava que o concurso havia sido realizado de forma correta. O ilustre **Presidente**, relatou, no entanto, que as fotos mostravam pessoas fazendo a prova com celular, e disse que o Ver. Osvaldo comentara sobre o ENEM, e falou que o ENEM há anos vinha acontecendo dentro do município e nunca tinha ocorrido um caso tão escandaloso como o que ocorrera naquele último concurso da cidade. Falou ainda que havia fotos de pessoas realizando a prova com celular em cima da mesa e, também, dentro da sala conversando e a outra pessoa em pé ao lado de quem estava fazendo a prova, sendo uma situação inadmissível, porém, a empresa entendia que tudo transcorreria dentro da conformidade. Ressaltou que eram sobre aqueles fatos que a Câmara de Vereadores iria se posicionar e buscar a solução daquele problema. Com a **palavra**, o Vereador **Alcione Barbosa Tavares** disse que o Ver. Osvaldo havia comentado que nas redes sociais fora questionado, e falou que ele não tinha precisado usar a rede social, pois no próprio domingo algumas pessoas foram até a sua casa reclamando do concurso, e igualmente na segunda-feira, outras estavam reclamando. Salientou que os nobres Edis tinham o seu apoio, e que aquela Casa era limpa como o concurso também deveria ser. Disponibilizou o seu gabinete para todas as pessoas que quisessem tirar dúvidas e questionar, e garantiu que não era somente o dele, mas o de todos os amigos Vereadores também estavam de portas abertas para esclarecimentos, reiterando que todos podiam contar com ele, Ver. Alcione. Disse que em relação àquela Comissão, ele acreditava que o seu amigo Ver. Rosalvo iria conduzi-la da melhor forma possível, pois era uma pessoa capaz e já havia demonstrado isso no Plenário e no seu trabalho. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu

ao nobre Edil pelas palavras e disse que o mesmo estava sempre preocupado com a população e não poderia ser diferente daquela vez, esclarecendo que no momento cabia à Câmara Municipal se posicionar com relação àquilo, buscando sempre o bem estar da população, assim como a seriedade dentro do município, no que tangia à administração pública. Estendeu seu pedido ao Prefeito Marcos Aurélio, o qual tinha certeza que não tinha compactuado nem seria conivente com aquele tipo de atitude, pois vinha mostrando ser uma pessoa séria e que também buscava o bem estar da população, logo, pediria ao Prefeito para que pudesse rever esse concurso e executar outro de forma mais igualitária e que todos pudessem ter a mesma possibilidade de ser aprovado no certame. Com a **palavra**, o vereador **Rosalvo de Vasconcellos Domingos** externou sua insatisfação a respeito do concurso público, e disse que recebera várias denúncias sobre o concurso no próprio domingo, dia da realização da prova, em sua residência. Falou que várias pessoas fizeram suas reclamações e denúncias. Assim sendo, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com o Vice-Presidente, Vereador Claudio Vicente, e Membro, Vereadora Marina Pereira da Rocha, pedia à população para que viesse até aquela Casa protocolar suas denúncias e assim eles poderiam ajudar as pessoas que prestaram o concurso e apurar a empresa que havia realizado o certame. Ressaltou que se dependesse dos vereadores até mesmo uma CPI eles iriam instaurar contra tal empresa, a fim de esclarecer todos os erros que existiram. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao nobre Edil pelas palavras e assim como o Ver. Rosalvo alertara, eles precisavam das denúncias para que pudessem tomar as medidas cabíveis. Disse que o vereador vinha mostrando um trabalho diferenciado naquela Casa, e que tinha certeza de que o mesmo conduziria, juntamente com o Vereador Claudio Vicente e a Vereadora Marina, aquela Comissão de forma brilhante, uma vez que Sua Excelência integrava aquela Comissão que era de grande importância para a Defesa do Consumidor, e estava confiante na condução da Comissão em defesa da população. No entanto, asseverou que era de suma importância que a população participasse denunciando, para que a Comissão pudesse tomar as medidas necessárias. Com a **palavra**, o vereador **Claudio Vicente Vilar** disse que em Guapimirim ele nunca fora a favor do Concurso, porque a população da cidade era pequena e oitenta por cento das pessoas que passavam no concurso eram de outros municípios, e falou que atualmente não havia empresas para acolher a população. Portanto, reiterou que era contra o concurso, explicando que nos dias atuais observava muitas pessoas que eram moradoras da cidade e que não estavam trabalhando porque, como falara anteriormente, a maioria das pessoas que passaram no concurso de dois mil e doze não moravam em Guapimirim. Continuando, falou que ficava triste com aquilo que vinha acontecendo, e muito mais com aqueles problemas que vinham ocorrendo nos concursos da cidade, já que não foi a primeira vez. Enfatizou que eles, na condição de Vereadores, deveriam ajudar as pessoas que prestaram o concurso, pois aquela Casa pertencia ao povo, logo, a população podia contar sempre com todos os

vereadores. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao nobre Edil pelas palavras, e disse que como o vereador afirmara, nenhum dos poderes constituídos tinha tanta legitimidade para falar em defesa da população do que o Poder Legislativo, uma vez que haviam sido eleitos e, apesar de serem nove vereadores, na verdade tratava-se de uma unidade, pois trabalhavam sempre em defesa da população. Com a **palavra**, a vereadora **Marina Pereira da Rocha** iniciou suas palavras agradecendo a Deus por mais um dia naquela Casa Legislativa. Disse que, infelizmente, o assunto do dia não era nem um pouco agradável, e que tinha sido lamentável o ocorrido. Falou que no domingo último seu telefone não havia parado de tocar, e cada pessoa que ligava contava um fato diferente. Enfatizou que todos os fatos narrados foram episódios que não poderiam acontecer em um concurso público sério. Ressaltou que tal ocorrência comprovou que aquela empresa que realizou o concurso era uma instituição que não tinha capacidade nenhuma para realizar um concurso municipal, o que lhes tinha deixado muito triste, porque antes da realização do concurso eles, os Vereadores, foram procurados por várias pessoas que lhes perguntavam se aquele concurso seria igual ao que houvera em dois mil e doze ou dois mil e oito, e perguntaram a ela como seria aquele concurso, pois os mesmos disseram que tinham ouvido que já tinha cartas marcadas. Ratificou que os Vereadores foram indagados várias vezes, e em tais ocasiões eles sempre afirmavam que aquele concurso seria sério, até porque na última reunião com o Prefeito, o mesmo confirmara que seria um concurso sério e que não haveria os problemas que ocorreram nos concursos passados, pois no momento ele estava fazendo aquele concurso justamente para tapar os erros do passado. E infelizmente a empresa que realizou o concurso contrariou totalmente a expectativa, tanto do executivo quanto do legislativo, asseverando que ela, como membro da Comissão da Defesa do Consumidor, o Ver. Claudio e o Ver. Rosalvo, dava a certeza de que eles iriam estar brigando para a suspensão daquele concurso. Disse ainda que o Sr. Presidente havia mostrado a foto de pessoas com o celular, informando que ela, Marina, também estava com uma foto em que alguns candidatos estavam fazendo “tipo” prova em grupo, e que tivera acesso a uma prova do concurso com inúmeros erros de português, assim concluiu que eram muitas provas e diversas outras coisas que facultavam a anulação daquele concurso. Ressaltou que precisavam do apoio da população, e que os candidatos prejudicados viessem realmente àquela Casa protocolar todos os indícios negativos daquele concurso, para que pudessem sim, anular o concurso, que a seu ver, fora totalmente irregular. Parabenizou todos os Conselheiros Tutelares do município pelo seu Dia, e fez um apelo aos mesmos, dizendo que na semana anterior recebera em seu gabinete alguns amigos policiais que reclamaram que no último domingo precisaram de um Conselheiro Tutelar e não conseguiram falar nem ter acesso a eles, via telefone. Assim que fora informada, imediatamente, entrara em contato e os Conselheiros a informaram que eles só possuíam um aparelho, cuja operadora era “Claro” e que, infelizmente, em Guapimirim a telefonia da Claro não estava

funcionando bem. Diante dos fatos, fez um apelo ao Executivo para que proporcionasse aos Conselheiros mais estrutura, disponibilizando para cada um dos cinco Conselheiros do município telefones de outras operadoras, a fim de que quando precisassem contactar os mesmos, conseguissem se comunicar e, conseqüentemente, ser atendidos. Justificou sua ausência na Reunião do Conselho Municipal de Saúde, dizendo que recebera o convite, mas infelizmente no sábado ela tinha um compromisso pessoal e não podia comparecer. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu e parabenizou a nobre Edil pelas palavras, e disse que sabendo que era Dia do Conselheiro Tutelar ele também parabenizou todos os Conselheiros, em especial, a Conselheira Kiara, a qual era uma grande amiga de muitos anos, com quem convivera por um bom tempo, na época da faculdade, quando viajavam juntos no ônibus cedido pela prefeitura, parabenizando-a pelo seu dia. Falou que em relação ao concurso, disse que não havia muito o que falar, visto que a cada momento surgia um indício diferente. Ressaltou o que a nobre Edil tinha comentado sobre cartas marcadas, e ele achava que literalmente tinha havido cartas marcadas, haja vista que tivera acesso à prova e estava escrita a resposta na questão exata, sendo tal ocorrência mais uma prova de irregularidade naquele concurso. Com a **palavra**, a vereadora **Rizê da Silva Silvério** ressaltou que aquilo que tinha ocorrido era uma situação vexatória. Disse que as pessoas daquela banca, ou seja daquela empresa, tiveram total desrespeito. Falou que tivera um pressentimento em relação àquele concurso, não sabia o porquê, e disse que professor costumava prestar muitos concursos, como ela própria, que prestava concurso até os dias atuais. Disse ainda que em nenhum momento, nos episódios dos concursos da sua vida, aos quais ela tinha tido a felicidade de ter sido classificada em dois, sendo um do seu município e outro do município vizinho, e em nenhum dos concursos que realizara nunca viu um caos como houve naquele concurso. Ressaltou que os vereadores persistiram e se informaram para tentar descobrir que empresa era aquela, se já havia organizado algum outro concurso e foram até o Prefeito, o qual também estava acreditando na idoneidade daquele concurso, que dessa forma acabou por passar tal segurança a ela, Rizê. Disse que infelizmente acontecia aquele caos, ressaltando que as pessoas precisavam entender que alguém para sair de casa e realizar um concurso, onde existia um número grande de concorrentes para apenas três vagas, a pessoa tinha que ter muita vontade, logo, as pessoas não compreendiam que o candidato, naquele momento, estava depositando todo seu esforço, como noites em claro, muitas mães inclusive tendo que dividir o tempo dos filhos para estudarem, preocupadas e ainda havia o trabalho; e uma empresa daquela vir para o município deles e tratar daquela maneira. Concluiu que era a favor da anulação daquele concurso e disse que candidatos foram lesados e desrespeitados. Asseverou que tal situação não poderia permanecer daquele jeito, dizendo, em seguida, que acreditava que o Executivo teria a mesma postura, visto que no mês de aniversário do município passaram já por tantas situações, e no momento passar por mais aquela, eles realmente não precisavam daquilo. Reiterou,

como o vereador Franklin já havia dito, que a Secretária Municipal de Educação não fora consultada e não tinha feito parte daquela situação, informando, inclusive, que a Secretária estava muito triste. Falou que em outro concurso a Secretária Cecília estivera presente a todo o momento, pois ela era do concurso de mil novecentos e noventa e um e que elas, na época, deixavam de sair para estudar e se empenharem ao máximo. E havia também o incentivo do estudo para que a pessoa conseguisse garantir o emprego, ou seja, para obter a estabilidade no emprego e não ser mais contratado. Enfatizou que iria se empenhar para anular aquele concurso, que não mediria esforços para aquilo. Ressaltou que aquela Casa necessitava do combustível para trabalhar, que eram os protocolos; assim pediu à população para que abarrotassem aquela Casa com protocolos, porque seriam eles que dariam a oportunidade de defendê-los. Ratificou para que a população não perdesse aquela chance, aquela oportunidade. Esclareceu que era a favor de os candidatos refazerem a prova, mas com uma banca séria, e que tivesse condições, pois os erros daquela banca tinham sido grotescos e amadores, onde os fiscais não tinham nenhuma preparação; estavam totalmente despreparados. Continuando, disse que os candidatos entravam para realizar a prova e não tinham sequer a carteira de identidade solicitada pelos fiscais, ou seja, retida. Também os telefones celulares “passeando” pela sala; com quantos celulares os candidatos quisessem entrar na sala, entrariam sem problemas. Assim, concluiu que a única solução era a anulação daquele concurso. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** confirmou que celular havia muitos e não estavam escondidos. Eram usados na frente de todo mundo. Ressaltou que acontecera como a Vereadora havia dito, que eles, os vereadores, tiveram na reunião com o Prefeito Marcos Aurélio e ele também acreditava na idoneidade daquela banca, só que tinha sido comprovado que não era uma banca séria, que não era merecedora de estar executando um serviço dentro do município deles. Ratificou que acreditava no Prefeito, o qual não tinha nenhum envolvimento naquele escândalo, porque eles, os vereadores, estiveram com ele naquela reunião e ele próprio, vereador André Azeredo, tinha falado com o representante do Executivo informando-lhe que iriam fiscalizar o concurso e perguntado se a banca era séria, tendo o Prefeito respondido que sim, bem como enfatizado que era para os vereadores fiscalizarem. Então, assim eles estavam fazendo: fiscalizando. Portanto, eles acreditavam sinceramente que fora depositada a confiança de que se tratava de uma banca séria, mas que também havia sido demonstrado que não era merecedora de executar um concurso dentro do município, pelo contrário, aquela empresa deveria sair presa, isto é, o dono daquela organizadora deveria sair do município preso. Falou que tinha sido uma covardia o que fizeram com os munícipes, e também com todas as pessoas que vieram de outros municípios prestar o concurso. Afirmou que eles não podiam escolher quem iria realizar o concurso, mas torciam pelo morador de Guapimirim, porque entendiam a dificuldade de emprego que havia no município, assim, torciam pelo morador, a fim de que pudesse passar no concurso público, todavia, o concurso era público

e não necessariamente tinha que ser um morador de Guapimirim o classificado, pois o concurso era aberto para que todos pudessem fazer, explicando que a pessoa que não era moradora fizesse o concurso e passasse, conhecendo o município com certeza iria se apaixonar pela cidade e viria morar ali. Disse que ele também não poderia deixar de agradecer à imprensa local, a qual vinha acompanhando todos os eventos no município, tanto os eventos positivos como os negativos. Agradeceu ao Toninho e à TVerde, que também estava cobrindo todos os eventos e notícias dentro do município deles, sempre com muita imparcialidade, como o MagéOnline e o GuapiOnline. Prosseguindo, disse que prova daquilo era que durante o concurso estiveram todo o tempo fazendo o seu acompanhamento, e foram passando a matéria com imparcialidade para que todos pudessem ir acompanhando de perto e, também, aqueles que não estavam ali poderiam acompanhar de casa, pela internet. Assim, parabenizou a imprensa local, a TVerde, MagéOnline e GuapiOnline pelo trabalho brilhante que vinham fazendo dentro do município. Antes de finalizar suas palavras agradeceu ao Prefeito Marcos Aurélio e disse que eles, naquela Casa, estavam buscando governabilidade a favor da população, mas não podiam abrir mão de uma coisa que era fundamental, que se tratava da autonomia dos poderes, e falou que a Constituição era muito clara em relação à questão da autonomia dos poderes, explicitando que os mesmos são independentes, porém, harmônicos, e eles buscavam aquela independência. Ressaltou que às vezes eles faziam críticas e outras vezes elogiavam, e quando tinha que elogiar ele sabia fazer também. Por fim, parabenizou o Prefeito Marcos Aurélio por ter atendido a sua solicitação, ou seja, pelos reparos realizados na estrada da Barreira, visto que se encontrava em um estado deplorável e a rua estava intransitável, e o ônibus já não subia mais, porque não conseguia passar em razão dos buracos. Assim, tinha que deixar a população na parte de baixo e as pessoas subiam a pé. Informou ainda que estivera em um dia de sol quente no local, por volta de meio dia; no outro dia, com chuva, voltara ao local e o reparo continuava a ser executado. O nobre **Presidente** agradeceu mais uma vez ao Prefeito Marcos Aurélio e ao Secretário de Governo, o qual estava presente na Sessão e vinha atendendo as suas solicitações, deduzindo que aquilo era bom, pois significava governabilidade, não ausentando da fiscalização e das críticas como vinha fazendo aquela Casa. Ultimando, reiterou que aquela autonomia e independência do Parlamento tinha que acontecer, deixando claro que eles não brigavam, a não ser que o motivo fosse em prol da população. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **pedido de urgência** feito pelo vereador **André de Azeredo Dias** para votação do Requerimento nº 046/2014. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **pedido de urgência** foi **aprovado** por unanimidade. Em pauta, **requerimento** nº. **046/14**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** nº. **041/14**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Não havendo quem quisesse fazer

uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** n.º **042/14**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** n.º **043/14**, de autoria do Vereador **Fernando Amaro Garcia**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** n.º **044/14**, de autoria do Vereador **Fernando Amaro Garcia**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** n.º **045/14**, de autoria do Vereador **Fernando Amaro Garcia**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei** n.º **1052/14**, de autoria do **Poder Executivo**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **segunda** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei** n.º **1063/14**, de autoria do Ver. **Franklin Adriano Pereira**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **segunda** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei** n.º **1064/14**, de autoria do Ver. **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram onze horas e cinquenta e dois minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, Rizê da Silva Silvério, _____, Primeira Secretária, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.